



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º _____, DE 2013 (Do Sr. Pastor Marco Feliciano)

Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado do Trabalho e Emprego sobre a aplicação e fiscalização da Norma Regulamentadora n.º 36 – NR-36, que trata da “segurança e saúde no trabalho em empresas de abate e processamento de carnes e derivados”.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50 da Constituição Federal, e nos arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência que sejam solicitadas informações ao Sr. Ministro de Estado do Trabalho e Emprego sobre a aplicação e fiscalização da Norma Regulamentadora n.º 36 – NR-36, que trata da “segurança e saúde no trabalho em empresas de abate e processamento de carnes e derivados”, notadamente as listadas a seguir:

1. Após a edição da NR-36, quais diligências foram tomadas para fiscalização da aplicação dos itens já vigentes da referida norma nas empresas de abate e processamento de carnes e derivados?
2. Com que frequência são realizadas inspeções nas empresas de abate e processamento de carnes e derivados para averiguação dos cumprimentos das normas legais editadas?
3. Qual órgão deste Ministério do Trabalho e Emprego responsável pela fiscalização das empresas aqui tratadas; há unidades regionais municipais responsáveis por esta fiscalização?
4. Qual órgão responsável pelo recebimento e apuração de denúncia de violações aos direitos fundamentais trabalhistas nas empresas do setor, notadamente aquelas violações que atingem direitos



CÂMARA DOS DEPUTADOS

humanos básicos como saúde e integridade física dos trabalhadores?

5. Quais as sanções a serem aplicadas às empresas que não cumprirem as determinações legais?

JUSTIFICAÇÃO

O trabalho em frigoríficos e similares expõe os trabalhadores deste ramo empresarial diariamente a riscos, principalmente devido ao uso constante de instrumentos cortantes, e pela natureza do trabalho, que envolve a repetição de movimentos que podem gerar graves lesões e doenças, e também em decorrência do ambiente com temperaturas baixas, e baixa circulação de ar.

Os relatos levam à percepção de que a ocorrência de acidentes de trabalho nestes ambientes é recorrente, e que muitas vezes as normas mínimas de segurança e proteção à integridade física e mental do trabalhador não são respeitadas, criando um ambiente de trabalho insalubre que atenta contra os direitos fundamentais do trabalhador.

Esta realidade vigora no Brasil há anos, e se manifesta, inclusive, em alto volume de ações judiciais opostas por trabalhadores contra as empresas do setor, principalmente nos municípios que concentram estas atividades, revelando a existência de uma precarização do trabalho neste ramo empresarial.

Na tentativa de mitigar esta realidade, e garantir o atendimento aos direitos básicos dos trabalhadores dos frigoríficos e abatedouros no país, em abril do corrente ano, o Ministério do Trabalho e Emprego editou a Norma Regulamentadora n.º 36 (NR-36), estabelecendo regras quanto ao uso obrigatório de equipamentos de proteção individual, à concessão de pausas térmicas, ao ambiente de trabalho, dentre outras.

Entretanto, a mera edição de normas neste sentido, apesar de avanço considerável na busca pela garantia dos direitos destes trabalhadores, não é capaz de acabar com a exploração sofrida por eles, sendo necessária uma forte



CÂMARA DOS DEPUTADOS

fiscalização das autoridades competentes para que a NR-36 reflita na realidade os avanços que pretende em seu texto.

Neste sentido, o presente Requerimento de Informação tem como objetivo requerer informações às autoridades competentes, notadamente o Ministério do Trabalho e Emprego, sobre as medidas efetivamente realizadas para fiscalização do cumprimento das normas recentemente determinadas pela NR-36, principalmente nos municípios.

A redução de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais ocasionados, principalmente, por extensas jornadas de trabalho, movimentos repetitivos e exposição à umidade e variações bruscas de temperatura só será alcançada se houver um empenho das autoridades públicas e dos setores da sociedade civil organizada de interesse em se manter vigilante no cumprimento das normas recentemente editadas.

Assim, dada a relevância do tema, espero contar com o apoio do Ilustre Presidente na aprovação deste requerimento.

Sala das Sessões, em 11 de novembro de 2013.

Deputado PASTOR MARCO FELICIANO

PSC-SP